

Governança Corporativa: Uma Visão Sob a Teoria da Agência

Corporate Governance: A view on the Agency Theory

Claudio Zanutim Moraes

Anhanguera ABC. São Bernardo do Campos/SP.

E-mail: claudio@claudiozanutim.com.br

Resumo

O presente artigo apresenta, sob a visão da Teoria da Agência, que o engajamento da empresa em outras atividades gera um problema de agência, ou seja, conflitos entre os interesses do principal que é o acionista, e o gestor, que é o agente. A metodologia utilizada foi inicialmente a bibliometria sobre a Teoria da Agência em artigos nas revistas Revista de Administração Contemporânea - RAC, Revista de Administração de Empresas - RAE e Revista Organizações em Contexto - ROC e posteriormente a revisão bibliográfica sobre o tema, o que proporcionou um material para entender que os problemas de agenciamento geram custos substanciais para as organizações e podem ter seus impactos reduzidos com a Governança Corporativa.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Teoria da Agência. Economia Organizacional.

Abstract

This article presents, under the view of the Agency Theory, the company engagement in other activities generates an agency problem, or conflict between the interests of the principal that is the shareholder and the manager, agent. The methodology was initially bibliometrics on the Agency Theory in articles at the magazines RAC (Revista de Administração Contemporânea), RAE (Revista de Administração de Empresas) and later ROC (Revista Organizações em Contexto) and literature review on the topic which provided a material to understand that the problems of agencying generate substantial costs for organizations and may have their impacts reduced to Corporate Governance.

Keywords: Corporate Governance. Agency Theory. Organizational Economics.

1 Introdução

A Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976) é a parte da literatura econômica que busca compreender e entender as causas e as consequências para as organizações da discordância sobre metas. Ela é quem vai embasar a ideia de que os indivíduos são limitados em sua racionalidade com diferentes e muitos interesses e que também são propensos a um oportunismo, o que pode implicar em dificuldade de gerência dos processos de Governança Corporativa, conforme afirmam Barney e Hesterly (2004).

Jensen e Meckling (1976), na formulação original da teoria da agência, empregam que a teoria foca a relação entre os gestores (agente) e os acionistas (principal) e que a Governança Corporativa apoia-se na Teoria da Agência para auxiliar na gerência deste relacionamento. Barney e Hesterly (2004) afirmam que a relação de agência entre os gestores e os acionistas acontece quando os acionistas delegam autoridades aos gestores e estas relações de delegação afetam diretamente os acionistas pelas decisões tomadas por estes gestores.

As teorias em torno da Economia Organizacional passam a ter mais expressividade no Brasil a partir da década de 90 e meados dos anos 2000, principalmente com a elaboração da série de três volumes do Handbook de Estudos Organizacionais, que se iniciou no ano de 1991, originalmente organizado por

Clegg, Hardy e Nord (1991) e posteriormente organizado e traduzido para a língua portuguesa em 2001; ele inclui uma gama de teorias, como: teoria da firma, teoria da produção, teoria dos custos de transação (uma teoria bem próxima à teoria da agência, pois também trata do pressuposto de que os seres humanos têm uma racionalidade limitada), teoria dos rendimentos, entre outras – que tomam corpo e passam a ter uma quantidade de teóricos e pesquisadores como Jensen, e Mackling (1976); Clegg, Hardy e Nord (2004); e Nord e Fox (2004), os quais olham para essas teorias com vários “óculos” diferentes, criando novos paradigmas e desestruturando outros e ainda possibilitando o surgimento de teóricos brasileiros.

Segundo Bandeira-de-Melo, Godoi e Silva (2010), o caráter multiparadigmático dos estudos organizacionais implica a coexistência de diferentes modos de acesso e conceituação da realidade. Essa multiplicidade de formas de compreensão atinge, antes dos enunciados teóricos e técnicos, as posições antológicas, metateóricas e epistemológicas, ou seja, o que é, como se pode compreender e sob que condições se podem conhecer a realidade social e organizacional e como estas teorias afetam as organizações.

A partir daí a teoria das organizações, no âmbito brasileiro, torna-se mais conhecida como campo de estudo e passa a proporcionar a possibilidade de pesquisas mais profundas;

com a abertura do mercado, a partir da década de 90, e o avanço da internet (acesso mais rápido a muitos livros, autores, pesquisadores, seminários e periódicos) eleva-se a pesquisa. Portanto, há patamares mais altos e amplos e inserem-se assim o Brasil e seus pesquisadores neste contexto internacional de pesquisa sobre a teoria das organizações, o que claramente embasou a construção deste artigo.

O mundo ficou “menor” em termos de acesso à pesquisa, entretanto, ficou “maior” em complexidade de análise, teorias e metáforas. O domínio do conhecimento passou das mãos de poucos teóricos para outros tantos, o que proporcionou e corroborou a construção desta complexidade de assuntos e pesquisas sobre a teoria das organizações.

A Economia das Organizações, na verdade, parece proporcionar duas vertentes em comum para com as outras formas de pensar sobre a análise organizacional: primeiramente um interesse constante nas firmas, o que a diferencia da maioria dos economistas organizacionais, que tem o foco na estrutura, no funcionamento e nos movimentos dos mercados e quais podem ser estas consequências para as empresas; posteriormente, o alto interesse na relação entre a competição e as organizações.

Tema este fundamental no campo dos estudos organizacionais, sendo assim, este artigo tem a preocupação em trabalhar os conceitos embutidos na Teoria da Agência.

O artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre o impacto que a teoria da agência tem sobre as organizações e como ela serve de base para a introdução e o conhecimento da Governança Corporativa.

A Teoria da Agência, a qual está inserida na Economia Organizacional, recorre a outras teorias, mesmo que brevemente, para auxiliar na ideia da construção, a saber: Teoria dos Custos de Transação e Economia Organizacional – esta última será tratada com mais atenção e dentro deste tema será analisada com mais profundidade a Teoria da Agência, considerada fundamental para o enquadramento da Governança Corporativa, a qual pode ser tida como crucial para as empresas da atualidade, tanto pequenas como médias quanto grandes (mas, como dito, atualmente para pequenas empresas e microempresas esta é uma realidade ainda longínqua).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa tece algumas definições sobre a governança, a saber:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade (IBGC, 1995).

Outra definição do próprio instituto diz que a Governança Corporativa é o sistema que assegura aos sócios proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão

se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa governança corporativa garante equidade aos sócios, transparência e responsabilidade pelos resultados (*accountability*) (IBGC, 1995).

É percebido que dentro das próprias definições do IBGC sobre a Governança Corporativa embutem-se os conceitos e preceitos da Teoria da Agência, assim verifica-se que a teoria pode influenciar ou influenciou na Governança Corporativa – como já visto, a Teoria da Agência é parte da literatura econômica que busca compreender as causas e consequências sobre metas, sendo fortemente influenciada pela literatura dos direitos de propriedade em menor extensão, pelos próprios custos de transação (BARNEY, 1996).

A relevância do tema é substancial, entendendo-se que as firmas sofrem com os processos de Governança Corporativa, o que leva a algumas questões relevantes, tais como: será que os processos de Governança Corporativa são tão importantes e dolorosos? De fato, toda e qualquer organização sente ou terá a necessidade de passar pela Governança Corporativa? Isto está diretamente relacionado com os custos de agência? Qual é o preço a ser pago pelos acionistas proprietários com o controle e monitoramento dos processos de Governança? Parece bem claro que a quantidade de perguntas que podem ser elaboradas sobre o assunto é de vasta abrangência e que os custos de agência estão presentes em todas as organizações, o que mostra ser o assunto em questão atual e contemporâneo.

Entretanto, mesmo que a pesquisa apresente uma quantidade de informações sobre multiteorias, o artigo se utiliza da pesquisa bibliométrica sobre a Teoria da Agência e os custos de agenciamento, entendendo que o problema central é: o controle ou monitoramento dos agentes pelos proprietários deve ter um incentivo real para tal (Vale lembrar que boa parte da Teoria da Agência examina os incentivos que as firmas usam para induzir os agentes a trabalharem segundo os interesses dos proprietários).

Do ponto de vista ideal os proprietários prefeririam um plano de incentivo que penalizasse os agentes por omissão no trabalho e por oportunismo. Isto, no entanto, é extremamente difícil de se obter, porque exporia os agentes a riscos que eles considerariam inaceitavelmente altos (BARNEY; HESTERLY, 2004). A racionalidade limitada, que está dentro da teoria da agência e da teoria dos custos de transação, é, de certo modo, de extrema relevância para o monitoramento dos agentes.

Mesmo que a Teoria da Agência tenha sido desenvolvida na década de 70, ainda hoje podemos considerar (dentro da Economia Organizacional) sua relevância, sendo para algumas organizações extremamente atual. Barney e Hesterly (2004, p.309) afirmam que:

Vale a pena esclarecer o caráter genérico do problema da agência. O problema de induzir um agente a comportar-se buscando a maximização do bem-estar do acionista pode ser em princípio, enunciado. Ele existe em qualquer organização e em qualquer esforço cooperativo – em qualquer nível de

gestão das firmas. [...] O desenvolvimento das teorias para explicar a forma que os custos de agência assumem em cada uma das situações (em que as relações contratuais são significativamente diferentes) e como e por que eles surgem levará a uma riquíssima teoria das organizações, que atualmente inexistente tanto na economia como no âmbito das ciências sociais.

O que justifica a investigação bibliométrica sobre a Teoria da Agência neste artigo é entender o quanto se falou sobre a mesma nos últimos dez anos e sua colaboração e impacto na própria construção deste artigo.

2 Desenvolvimento

2.1 Revisão da literatura

A teoria das organizações surge com mais relevância a partir dos pensamentos e estudos de Reed (1998), quando então se disseminam as ideias e os trabalhos sobre a Racionalidade, a justiça, o Poder, o Mercado, a Integração e o Conhecimento, nascendo assim novos paradigmas e estudos dos dilemas paradigmáticos.

Segundo Grof (1987), um paradigma pode ser definido como uma constelação de crenças, valores e técnicas compartilhadas pelos membros de uma determinada comunidade científica. Kuhn (2006) destaca que os paradigmas são realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares a uma comunidade de praticantes de uma ciência.

Pode-se dizer que existem grandes e pequenos paradigmas que são construídos e constituídos por crenças e valores e também por grandes obras científicas que formam tradições (BANDEIRA-DE-MELLO; GODOI; SILVA, 2010).

Uma das discussões mais profundas dos textos pesquisados traz uma reflexão a propósito do assunto paradigmas e sua substituição por Thomas Kuhn (2006) pelo termo matriz disciplinar. O que de alguma forma cria outro paradigma, teórico, estrutural e filosófico a respeito da teoria das organizações, seus estudos e a própria teoria da agência.

Interessante o que diz Burrell (1998): o mais importante são os projetos compartilhados, não a linguagem compartilhada, e que os estudos organizacionais carecem é de uma linguagem e de um projeto compartilhados.

Segundo Burrell e Morgan (1979), podemos encaixar este paradigma no campo dos paradigmas metateóricos funcionalistas, nos quais a condição social e comportamental, juntamente com os sistemas sociais, poderia ser capaz de proporcionar a possibilidade de as organizações agirem muito no sentido da construção paulatina do compartilhamento das ideias e dos projetos.

As organizações sofrem com a falta desta possibilidade de compartilhamento – não que seja fácil proporcionar esta condição, contudo, não é impossível. Também é fato que se geraria um novo paradigma, mas com uma visão atual e mais contemporânea do que os paradigmas passados dentro desta área de pesquisa e de comportamento organizacional, obviamente.

Não se pode deixar de comentar que a contribuição teórica de Burrell e Morgan (1979) na delimitação dos pressupostos de cada paradigma foi ímpar, contudo, ela gerou críticas avançadas sobre o desenvolvimento organizacional. Lembrando que os quatro paradigmas são Humanista Radical, Estruturalista Radical, Interpretativista e Funcionalista.

A ideia de torre de Babel proposta por Burrell, (1998) nos leva a uma reflexão profunda sobre a possibilidade de construção compartilhada da comunicação, linguagem e projetos e pode melhorar o comportamento organizacional, que, segundo Donaldson (1987), pode criar uma vantagem competitiva para as organizações – desde que elas conheçam suas limitações de crescimento e comportamento organizacional –, leva-nos a entender o porquê da introdução da Teoria da Agência no contexto organizacional.

Portanto, ao pensar e refletir sobre a condição de compartilhamento da linguagem, dos projetos e da comunicação, deve-se atentar para um método único de trabalho e de pesquisa.

É claro que a Teoria da Agência necessariamente gerou outros paradigmas, por exemplo, a Teoria da Contingência, que estabelece ou pretende estabelecer uma estrutura organizacional que seja altamente efetiva para todas as organizações, porém trata-se de um assunto ainda não esgotado. A otimização da estrutura variará de acordo com determinados fatores, tais como estratégia da organização, tamanho, recursos internos e competências individuais.

Contudo, há de se entender que a evolução do pensamento e das teorias, no que tange à compreensão mais profunda da Contingência, Projeto Organizacional, Estrutura e Ambiente, é paulatina, consome tempo de pesquisa e pensamento teórico – e ainda, por que não dizer, que estas teorias estão interligadas e inter-relacionadas, ou seja, quando se adentra uma organização, a possibilidade de se identificar a necessidade de utilização a aplicabilidade destas teorias torna-se inevitável. Não que elas pretendam solucionar todos os problemas, mas colaboram muito para a melhoria das organizações.

Um entendimento obtido durante a pesquisa levou a uma reflexão do curso paradigmático das pesquisas e o aprofundamento dos pensamentos a propósito do assunto: teoria da contingência estrutural. Sobretudo, proporcionaram um entendimento melhor sobre a necessidade ou não de administrar as contingências, pois é possível que alguns setores considerem menos as contingências do que outros.

A princípio percebe-se que para uma organização ser efetiva é necessário adequar-se a estrutura e fatores contingenciais, conforme afirma Lex Donaldson (1987); posteriormente, e isto pode ser percebido pela leitura de outros autores, que este modelo se amplifica e modifica.

A evolução no entendimento, simplório, acontece da seguinte forma: pensa-se em contingência, posteriormente na estrutura e na organização, depois no ambiente e logo após, dentro do “balaio”, se é que podemos chamar assim, vem a

estrutura, a inovação, a organização e a estratégia. Dois autores nesta hora apresentam dois polos antagônicos: Donaldson (1987), dizendo que a teoria da contingência sustenta que a estratégia leva à estrutura; Hall e Saias (1980) argumentam que a estrutura leva à estratégia, independentemente de qual autor seguir. A realidade é que os custos destas ações influenciam nas organizações, tanto positiva como negativamente.

A teoria da contingência estrutural é determinista no sentido de que a contingência causa a estrutura, porém não será necessário discutir ou introduzir a Teoria da Estrutura, pois não serão discutidas as influências das três vertentes da teoria no que tange à Governança Corporativa, mesmo que isto possa afetar minimamente o conteúdo.

Mesmo que exista a possibilidade de afetar e que esta possibilidade seja de baixo impacto, isso é irrelevante para a discussão neste momento, portanto, não será abordado nada a propósito desta teoria, de qualquer forma, fica aqui registrada a seguinte definição:

Quando a mudança organizacional é examinada com um modelo que captura mais precisamente todo o processo envolvido na adaptação estrutural então a teoria da contingência estrutural é confirmada. Quando se utiliza um modelo simplista de que mudança na contingência leva à mudança estrutural, chegasse à conclusão errônea que acaba por não confirmar a teoria da contingência estrutural. Isto é ciência normal em ação: resolver descobertas contrárias à teoria pela demonstração de que os procedimentos de testes empíricos estavam incorretos por não fazer uso de um modelo teórico devidamente articulado (DONALDSON, 1987, p.119).

O aprendizado sobre a teoria das organizações gira em torno de duas discussões: primeiro, que não se pode deixar de atentar para o conteúdo histórico e analisar esta teoria ou todas as teorias, com os “óculos” da atualidade, ou seja, olhar para as organizações de hoje e encaixá-las neste contexto, contudo trata-se de uma evolução, e pode-se claramente ver que, se olharmos para as empresas de hoje, será possível verificar a influência das mais variadas teorias. Segundo, que em alguns casos ou organizações, pode-se ter a estrutura que leva à estratégia e em outra a estratégia que leva à estrutura, pois, no parágrafo inicial deste trabalho, é-nos apresentada esta forma.

Deve-se considerar que a teoria da contingência estrutural necessariamente passa pela análise do ambiente, enquanto a Teoria da Agência busca explicações sobre as relações entre dois ou mais indivíduos. Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p.139),

um desses dois indivíduos é um agente do outro, chamado de acionistas – daí o nome de teoria de agência. O agente compromete-se a realizar certas tarefas para os acionistas; o acionista compromete-se a remunerar o agente.

Esta afirmação ajuda a entender o porquê da necessidade de processos de governança.

Para Jensen e Meckling (2008), para proteger o interesse dos proprietários, muitos esforços precisam ser feitos para reduzir a possibilidade de os agentes se comportarem mal no futuro. Nesse esforço, custos ocorrem e esses custos são

chamados de custo de agência.

Os custos totais de agência são: o monitoramento dos gastos feitos pelos proprietários, os relativos aos compromissos do agente e as perdas residuais dos proprietários (essa perda residual demonstra que em muitas situações será mais custoso para o proprietário monitorar integralmente o agente e muito custoso para o agente assegurar ao proprietário que os interesses não são divergentes). Sendo assim, os acionistas ou proprietário devem se cercar de garantias para evitar prejuízos aos seus interesses.

A Teoria da Agência proporciona uma estrutura que visa analisar as diferentes relações contratuais e as questões que as mesmas colocam no seio de uma empresa. Portanto, a estrutura da teoria da agência assenta no conceito de relação de agência.

E a relação de agência é normalmente entendida como um contrato através do qual uma ou mais pessoas (principal) fazem exigências sobre a outra pessoa (agente) para desempenhar algum serviço no interesse do principal. Esse principal envolve a delegação de alguma autoridade no processo de tomada de decisão do principal para o agente (ROSS, 1973).

De acordo com Bezerra, Oliveira e Spessato (2004), nas relações bilaterais entre um acionista e o agente – que são bastante frequentes no sistema econômico e são o alvo analítico da Teoria da Agência – é importante atentar para três condições necessárias:

- a) O agente dispõe de vários comportamentos possíveis para serem adotados. Uma relação muito comum é aquela em que os sócios de uma grande empresa transferem a outra pessoa a administração dos negócios. Este último é quem, efetivamente, detém o controle sobre os ativos financeiros que compõem o somatório dos recursos da empresa, podendo empregá-los de distintas maneiras, até mesmo se apropriando indevidamente de parte deste montante ou, simplesmente, não o aplicando de forma a maximizar o lucro dos sócios;
- b) A ação dos agentes afeta não apenas seu próprio bem-estar, mas também o do principal, seja pelo aumento ou redução dos recursos financeiros disponíveis, aumentando o capital de giro com endividamento desnecessário, por exemplo, afetando o desempenho da organização;
- c) As ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal, havendo assimetria informacional entre as partes; não é possível ao principal monitorar todos os passos do agente, tampouco identificar seu grau de compromisso em trabalhar diligentemente para maximizar o bem-estar do principal.

A partir das condições mencionadas, pode-se dizer que a literatura do principal-agente se volta para a análise de como um indivíduo (o acionista) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive outro indivíduo (o agente) a agir de acordo com o interesse do principal (SIFERT FILHO, 1996).

Segundo Brisola (1996), é importante notar que o reconhecimento da Teoria da Agência pela expressão principal-agente não se restringe à noção de que o principal é o proprietário ou acionista, e que agente é o administrador ou

gerente. Ela é de caráter amplo e refere-se a diferentes relações que se estabelecem entre os diversos atores no ambiente inter ou intra-empresarial ou em qualquer outro ambiente de

relações humanas.

No Quadro 1 poderão ser observadas algumas relações entre o gestor e o acionista.

Quadro 1: Relações entre principal-agente

Relações		O que o Principal espera do Agente?
Principal	Agente	
Acionistas	Gerentes	Maximização da riqueza (ou o valor das ações).
Debenturistas	Gerentes	Maximização do retorno.
Credores	Gerentes	Que assegurem o cumprimento dos contratos de financiamento.
Clientes	Gerentes	Que assegurem a entrega de produtos de valor para o cliente. Qualidade (maior), Tempo (menor), Serviço (maior) e Custo (menor).
Governo	Gerentes	Que assegurem o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias da empresa.
Comunidade	Gerentes	Que assegurem a preservação dos interesses comunitários, cultura, valores, meio ambiente etc.
Acionistas	Audidores Internos	Que atestem a validade das demonstrações financeiras (foco na rentabilidade e na eficiência).
Credores	Audidores Internos	Que atestem a validade das demonstrações financeiras (foco na liquidez e no endividamento). Continua...
Gerentes	Audidores Internos	Avaliação das operações na ótica de sua eficiência e eficácia, gerando recomendações que agregem valor.
Gerentes	Empregados	Que trabalhem para os gerentes com o melhor de seus esforços, atendendo às expectativas dos mesmos.
Gerentes	Fornecedores	Suprimento das necessidades de materiais dos gerentes no momento necessário, nas quantidades requisitadas.

Fonte: Baseado em Bezerra, Oliveira e Spessato (2004).

De acordo com Bezerra, Oliveira e Spessato (2004), o acionista-proprietário detém prerrogativas importantes: a) o avaliador de informação; b) quem exerce a opção de escolha do sistema de informação; e c) o determinador da função utilidade essencial, enquanto, segundo Hendriksen e Van Breda (1999 *apud* BEZERRA; OLIVEIRA; SPESSATO, 2004), ao agente atribuem-se compromissos e obrigações assumidos em nome do principal. E, por seu desempenho na solução dos problemas a favor do principal, recebe deste uma remuneração. Os compromissos a serem assumidos pelo agente normalmente envolvem: a) tomar decisões em nome do principal; b) garantir a execução (ação) em benefício das partes e c) respeitar e considerar a função utilidade do principal sempre que possível.

Para Brizola (2004), além de diagnosticar a natureza dos problemas existentes no bojo das relações contratuais, a teoria da agência vai mais além, sugerindo e propondo mecanismos de como assegurar a construção de contratos que sejam o mais eficiente possível para a solução de problemas. Nesse contexto, Jensen e Meckling (2008.5), definem uma relação de agência como um contrato pelo qual uma (o principal) contrata outra pessoa (o agente) para executar algum serviço em favor deles e que envolva delegar, ao agente, alguma autoridade de tomada de decisão. Este contrato é o produto tangível desta relação e que assegura ou deveria assegurar a boa relação entre as partes e propositalmente deve-se incluir

após estas reflexões a Governança Corporativa, para que as organizações consigam administrar melhor estas relações e consigam agir com equidade, transparência e responsabilidade social empresarial.

2.2 Metodologia

Segundo Faria e Figueiredo (2013), a investigação de produção escrita como elemento da comunicação é capaz de proporcionar o uso da bibliometria em métodos quantitativos. Entendendo isto, foi analisado o período que compreendeu os anos de 2000 a 2010 para o levantamento bibliométrico; sabendo que este recorte seja suficiente para tratar das produções sobre a Teoria da Agência, foram coletados dados secundários de sites e artigos de produção nacional e internacional.

Não houve uma busca por dados primários, já que existe a questão a ser abordada, que é a bibliometria sobre as palavras-chave em revistas científicas específicas Revista Organizações em Contexto - ROC, Revista de Administração Contemporânea - RAC e Revista de Administração de Empresas - RAE, a qual foi efetuada por rastreamento digital e em tempo e período determinado.

Como os resultados bibliométricos nestas revistas foram abaixo do esperado, foram incluídos dados bibliométricos de outros periódicos e de um trabalho de pesquisa elaborado em 2004 e de relevância para a elaboração deste artigo.

Quadro 2: Apresentação dos resultados da pesquisa bibliométrica

Números de artigos utilizados na revisão da Teoria da Agência: periódico												
Periódico	Número de artigos											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
RAC							1	1				2
ROC						2	3	1		2		8
RAE			1		1				2	1	10	15
Total			1		1	2	4	2	2	3	10	25
Números de artigos utilizados na revisão da Teoria da Agência: anais de congressos												
Periódico	Número de artigos											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Anais do ENANPAD			1	1	7	11	7	7				34
Anais do ENEO												0
Total			1	1	7	11	7	7				34

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Oliveira (2007), a pesquisa bibliométrica pode ser definida, de forma geral, como a aplicação da matemática aos livros, artigos e outros meio de comunicação. E a bibliometria, por sua vez, como a medida de bibliografia, ou seja, a medida quantitativa das publicações científicas de um pesquisador ou instituição, em geral em periódicos com seleção arbitrada, e a medida qualitativa destas publicações através de indicadores que incluem estudos comparativos de publicações e citações.

Durante a revisão bibliométrica obteve-se acesso ao trabalho de relevância de Bezerra, Oliveira e Spessato (2004), o qual proporcionou a possibilidade de ampliar um pouco mais a revisão.

Na Revista Organizações em Contexto – ROC foi pesquisada a palavra-chave Teoria da Agência entre os anos de 2000 e 2010, e não houve um periódico em que constassem trabalhos sobre esta teoria. O mesmo aconteceu com o termo teoria do agenciamento, contudo com o termo economia organizacional apareceram seis pesquisas, mas, infelizmente, nenhuma delas tratou com ênfase a Teoria da Agência – mesmo assim consta da tabela de pesquisas, enquanto que com a palavra-chave Governança Corporativa na revista ROC houve dois trabalhos.

As investigações em Revista de Administração de Empresas - RAE com a palavra-chave Teoria da Agência mostraram quatro trabalhos de pesquisa, já com a palavra teoria do agenciamento foi encontrada uma citação ao próprio trabalho de pesquisa de 2008 sobre Teoria da Agência. Entretanto foram encontrados cento e seis artigos com a palavra-chave Governança Corporativa – infelizmente nenhuma delas tratou da Teoria da Agência com a ênfase apropriada para a racionalidade da firma durante o processo de governança corporativa e por isto não foi computada no Quadro 2.

A coleta dos dados deu-se pela busca nos títulos, resumos ou palavras-chave dos artigos publicados nos periódicos das revistas RAC, RAE e ROC no período de 2000 a 2010,

contemplando as palavras-chave: Teoria da Agência, Teoria do Agenciamento, Economia Organizacional, Governança Corporativa.

Como não houve uma grande concentração de pesquisas sobre a Teoria da Agência nestes periódicos, empreendeu-se uma busca a propósito do assunto e em um artigo de Bezerra, Oliveira e Spessato (2004), o qual proporcionou uma visão mais ampla do que já se escreveu sobre a Teoria da Agência. Esses autores contam que 32 artigos foram analisados por eles e prevaleceram as publicações no Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD (ANPAD, 2011).

Segundo Bezerra, Oliveira e Spessato (2004) foram verificados quanto ao ano de publicação que os artigos estão concentrados em maior número no ano de 2005, que absorve 11 dos 32 trabalhos analisados. Ainda segundo esses autores, na seleção das publicações por palavra-chave prevaleceram a identificação das mesmas nos resumos dos artigos, com destaque para a Teoria da Agência.

A outra face da metodologia utilizada foi a investigação bibliográfica que está pautada na busca de literatura específica das teorias, onde o *Handbook* de Estudos Organizacionais proporcionou a grande parte das teorias e embasou de forma substancial o presente artigo.

3 Conclusão

A primeira consideração importante a se fazer é o fato de que durante as pesquisas observou-se que a Teoria da Agência pode ser aplicada nos dias de hoje, devido a sua flexibilidade e atuação diretamente nos agentes empresariais, até porque a Governança Corporativa depende muito da equidade de interação entre os agentes e dos contratos e da remuneração existente entre os principais e os agentes. Outro fato interessante foi poder compreender que o assunto não está esgotado, porque é possível pesquisar e construir a respeito da Teoria da Agência e suas aplicações, principalmente nos processos de Governança Corporativa que estão em pauta

com mais ênfase na atualidade, já que muitas empresas não se relacionam muito bem com a ética, transparência, equidade e responsabilidade empresarial corporativa e empresarial, prestação de contas, bem como na relação entre os agentes.

O resultado da pesquisa bibliométrica respaldou o comentado acima e proporcionou o entendimento de que realmente existe um amplo campo de estudo e que o trabalho apenas começou, pois as teorias organizacionais são de fato uma terra fértil onde vale plantar, os frutos que são gerados são dos mais variados tipos, sabores e cores e parecem não ter fim.

As teorias abordadas corroboraram para a amplificação do conhecimento acadêmico, bem como para a melhoria da capacidade de pesquisa e estruturação de trabalhos e artigos acadêmicos.

Pode-se dizer que o processo de Governança Corporativa é apoiado pela Teoria da Agência e que se bem entendida e utilizada, a teoria, pelos vários agentes e conselheiros dos conselhos de administração dos mais variados modelos, tamanhos e tipos de organizações, será mais leve o fardo e mais palpável a possibilidade de diminuir ou reduzir os impactos negativos que os agentes causam e/ou podem causar sobre as organizações, trabalhando para a melhoria das relações e para a maximização dos resultados financeiros e operacionais. Por que não dizer que as pesquisas não se esgotam por aqui e que este artigo colabora com a pesquisa e não esgota o tema?

Referências

- ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- BANDEIRA-DE-MELLO, R.; GODOI, C.K.; SILVA, A.B. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BARNEY, J.B. *Gaining and sustained competitive advantage*. Massachusetts: Addison- Wesley, 1996.
- BARNEY, J.B.; HESTERLY, W. *Economia das organizações: entendendo a relação entre as organizações e análise econômica*. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BEZERRA, F.A.; OLIVEIRA, E.L.; SPESSATO, G. *Análise da produção científica brasileira sobre a teoria da Agência e assimetria da informação apresentada nos congressos da USP e ENANPAD no período de 2004 a 2007*. São Paulo: ANPAD, 2004.
- BRISOLA, J. *Teoria do agenciamento na contabilidade: a contabilidade e o processo de comunicação*. ConTexto, v.4, n.7, 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11273/6664>
- BURRELL, G. *Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise*. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998, p.439-462.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998, p.439-462.
- DONALDSON, L. Divisionalization and size: a theoretical and empirical critique. *Organization Studies*, v.3, n.4, p.111-127, 1982.
- DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999, p.105-133.
- DONALDSON, L. Strategy and structural adjustment to regain fit and performance: in defence of contingency theory. *J. Manag. Studies*, v.24, n.1, p.1-24, 1987.
- FARIA, M.; FIQUEIREDO, K.F. Casos de ensino no Brasil: análise bibliométrica e orientações para autores. *RAC*, v.17, n.2, p.176-197, 2013.
- GROF, S. *Além do cérebro*. São Paulo: MacGraw-Hill, 1987.
- HALL, D.J.; SAIAS, M.A. Strategy follows structure!. *Strategic Manag. J.*, v.1, n.2, p.149-163, 1980.
- HARDY, C.; CLEGG, S. R. *Alguns ousam chamá-lo de poder*. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções*. São Paulo: Atlas, 2001, p.260-289.
- HENDRIKSEN, E.S.; BREDA, M.F.V. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 1995. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=17>>. Acesso em: 22 mar. 2014.
- JENSEN, M.C.; MECKLING, W.H. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estruturas de propriedade. *RAE-Clássicos*, v.48, n.2, p.87-124, 2008.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MACHADO FILHO, C.P. *Responsabilidade social e a governança*. São Paulo: Cengage, 2011.
- NORD, W.R.; FOX, S. O indivíduo nos estudos organizacionais: o grande ato de desaparecimento. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004, p.186-225.
- OLIVEIRA, E.L. 2013. Disponível em: <<http://www.furb.br/especiais/download/233988-530913/CUE0092008.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.
- PESSALI, H.F.; FERNÁNDEZ, R.G. Teoria dos custos de transação e abordagens evolucionistas: análises e perspectivas de um programa de pesquisa pluralista. *Rev. Econ. Política*, v.21, n.2, p.99-116, 2001.
- SAITO, R.; SILVEIRA, A.D.M. *Governança corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade*. *RAE-Clássicos*, v. 48, n.2, p.79-86, 2008.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. *Handbook de estudos organizacionais: modelo de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998, p.61-98.
- ROSS, S.A. The economic theory of agency: the principal's problem. *Am. Economic Rev.*, v.63, n.2, p.134-139, 1973.
- SIFFERT FILHO, N.F. *A teoria dos contratos econômicos e a firma*. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996